

STJ00117371

FÁBIO PALLARETTI CALCINI

# **TRIBUTAÇÃO NO AGRONEGÓCIO**

ALGUMAS REFLEXÕES

Londrina/PR  
2023

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**

Calcini, Fábio Pallaretti.

Tributação no agronegócio: algumas reflexões. / Fábio Pallaretti Calcini. — Londrina, PR: Thoth, 2023.

359 p.

Bibliografias: 355 - 359.

ISBN: 978-65-5959-459-7

1. Agronegócio. 2. Tributação. 3. Sistemas Agroindustriais. I. Título.

CDD 343.81076



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.

[www.editorathoth.com.br](http://www.editorathoth.com.br)

[contato@editorathoth.com.br](mailto:contato@editorathoth.com.br)

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Bárbara Helena Breda e Gabriel Kassouf

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur Bezerra de Souza Júnior

**Conselho Editorial (Gestão 2022)**

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Iliga • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaella Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito agrário: 343.81076

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

---

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS .....	9
DEDICATÓRIA .....	11
PREFÁCIO .....	13

## CAPÍTULO 1

TEMAS GERAIS .....	25
1.1. Tributação Diferenciada no Agronegócio não é Privilégio.....	25
1.2 Efeitos Fiscais para os Contratos Agrários de Parceria e Arrendamento.....	30
1.3 A Polêmica dos Contratos Agrários e Aplicação da IFRS 16.....	37
1.4 Balanço da Jurisprudência do CARF sobre Tributação e Agronegócio .....	43
1.5 Créditos Tributários e a “Compensação Cruzada” no Agronegócio .....	49
1.6 Novidades na Tributação para o Produtor Rural em 2019 .....	57
1.7 Decisões Relevantes do CARF em 2018.....	59
1.8 A Reforma Tributária e o Diálogo com o Agronegócio .....	66
1.9 Proposta de Reforma Tributária e o Impacto no Agronegócio .....	73
1.10 Os Aspectos Tributários da Política Energética RenovaBio.....	78
1.11 Pagamento por Serviços Ambientais e Seus Aspectos Tributários .....	84
1.12 Lei do Agro, Patrimônio de Afetação e Efeitos Fiscais.....	88
1.13 Agronegócio está na mira da fiscalização tributária .....	95
1.14 A securitização da dívida agrícola e o Programa de Retomada Fiscal.....	98

## CAPÍTULO 2

TRIBUTOS FEDERAIS.....	103
2.1 Impostos .....	103
2.1.1 IRPJ e CSLL: depreciação acelerada incentivada da lavoura canavieira..	103
2.1.2 Peculiaridades em relação ao ganho de capital de imóvel rural.....	108
2.2.3 Tributação da renda para o produtor rural no contrato de integração ...	114

2.2.4 O livro caixa digital do produtor rural e a declaração do IRPF .....	117
2.2.5 Aplicação da Lei 9.393/96 quanto ao ganho de capital de imóvel rural no lucro real .....	119
2.2.6 AVJ, ativo biológico e mudança de regime tributário .....	124
2.2.7 Preços de transferência: Pecex e o agronegócio (“commodities”) .....	129
2.2.8 Hedge e aspectos fiscais .....	133
2.2.9 IRPJ/CSLL, incentivos fiscais de ICMS e impactos para o agronegócio.....	139
2.2.10 Crédito outorgado de ICMS paulista para o etanol e seus reflexos.....	144
2.2.11 IOF-Câmbio, exportação e a Solução de Consulta Cosit 246/2018.....	148
2.2.12 A suspensão do IPI da Lei 10.637/2009 para o setor de sementes .....	153
2.2.13 Decreto-Lei 73/66 e a isenção de tributos federais no seguro rural.....	157
2.2 Contribuições .....	162
2.2.1 PIS/Cofins: não cumulatividade, insumo e fase agrícola .....	162
2.2.2 Crédito presumido de PIS/Cofins e os contratos de integração.....	168
2.2.3 De royalties a créditos de PIS/Cofins, os destaques do CARF.....	171
2.2.4 O crédito presumido de PIS/Cofins e a industrialização por encomenda .....	178
2.2.5 A tributação de PIS e Cofins às pessoas jurídicas agropecuárias.....	183
2.2.6 Crédito presumido de PIS e Cofins e os contratos de parceria e integração .....	188
2.2.7 A nova IN 1.911/2019 para PIS e Cofins e o setor do agronegócio.....	193
2.2.8 A tributação do PIS e da Cofins na produção do biodiesel.....	198
2.2.9 PIS/Cofins: conceito de ‘produção’ e crédito presumido da Lei nº 10.925/2004.....	204
2.2.10 PIS/Cofins: direito ao crédito dos <i>royalties</i> na produção de sementes ..	209
2.2.11 PIS/Cofins e vendas com suspensão no setor de aves e suínos.....	213
2.2.12 PIS/Cofins e o crédito presumido em exportação no setor de proteína animal.....	216
2.2.13 PIS/Cofins e a tributação da ração animal.....	219
2.2.14 PIS/Cofins e o crédito no transporte de pessoas para o setor do agronegócio.....	223
2.2.15 Armazenagem de produtos agropecuários pode ser tratada como insumo .....	229
2.2.16 Exclusão do ICMS do PIS Cofins para o setor sucroalcooleiro.....	235
2.2.17 Agroindústria e a imunidade nas receitas de exportação indireta .....	239
2.2.18 Funrural e as operações com cooperados em contratos de parceria ....	243
2.2.19 Tributação de agropecuárias que exercem outras atividades.....	248

2.2.20 Implicações da decisão do Supremo a respeito do Funrural.....	253
2.2.21 Quais receitas são tributadas pelo Funrural na pessoa jurídica? .....	259
2.2.22 Funrural e a Resolução 15/2017 do Senado: fim do problema? .....	266
2.2.23 Funrural e a Resolução 15/2017 do Senado: fim do problema? .....	271
2.2.24 O que cabe ao STF julgar na ADI 4.395? .....	271
2.2.25 A desoneração do Funrural na cadeia do agronegócio pela Lei 13.606/2018 .....	277
2.2.26 Funrural e recentes soluções de consulta da Receita Federal.....	281
2.2.27 Não cabe tributação e/ou retenção do Funrural entre cooperado e cooperativas .....	287
2.2.28 Ffagro: relevância e necessidade de tratamento fiscal específico.....	293
2.2.29 A não incidência do Funrural na emissão primária de CBIOs .....	298
2.2.30 Funrural sobre as receitas decorrentes de exportação: ADI 4.735/DF e RE 759.244/SP.....	302
2.2.31 Agroindústria e a tributação pela receita bruta (Funrural).....	308
2.2.32 Com inovações no Funrural, planejamento tributário deve começar logo.....	312
2.2.33 A exclusão do ICMS da base do Funrural e o RE 1.187.264.....	318
2.2.34 Agroindústria e a tributação das contribuições destinadas a terceiros..	323
2.2.35 O limite de 20 salários-mínimos para base das contribuições sociais devida a terceiros .....	327

### CAPÍTULO 3

TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS .....	337
3.1 ICMS, PEC 37/2007 e o futuro das exportações no agronegócio.....	337
3.2 Pacote de ICMS de SP: insensibilidade e inconstitucionalidades.....	340
3.3 Não incidência do ICMS sobre quebras na exportação agrícola .....	344
3.4 Fazenda vertical urbana: tributação por ITR ou IPTU?.....	349
3.5 Novas instruções da Receita exigem atenção na declaração do ITR.....	355
REFERÊNCIAS.....	361